Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 16 de dezembro de 2019, 466º da Fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS, Prefeito

PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Casa Civil, em 16 de dezembro de 2019.

DECRETO Nº 59.143, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar de R\$ 2.383.212,08 de acordo com a Lei nº 17.021, de 27 de dezembro de 2018.

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida na Lei nº 17.021, de 27 de dezembro de 2018, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades da Secretaria Municipal de Cultura, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, das Subprefeituras Jaçanã/Tremembé, Parelheiros, São Miguel Paulista e Itaquera, e da Secretaria Municipal de Turismo,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional de R\$ 2.383.212,08 (dois milhões e trezentos e oitenta e três mil e duzentos e doze reais e oito centavos), suplementar à seguintes dotações do orçamento vigente:

	CODIGO	NOME	VALOR
25.10.13.392.3001.6354		Programação de Atividades Culturais	
33903900.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	292.280,30
34.10.14.422.3013.1173	E3632	- Produção de cartilha informativa para o departamento de Desaparecidos e Localização Familiar	
44903000.00		Material de Consumo	50.000,00
46.10.15.451.3022.1170		Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros - Plano de Obras das Subprefeituras	
44903900.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	15.000,00
60.10.15.451.3022.1170		Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros - Plano de Obras das Subprefeituras	
44905100.00		Obras e Instalações	100.000,00
63.10.17.512.3005.2367		Manutenção de Sistemas de Drenagem	
33903900.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	150.000,00
67.10.15.451.3022.1170		Intervenção, Urbanização e Melhoria de Bairros - Plano de Obras das Subprefeituras	
44903900.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	130.000,00
73.10.13.695.3015.2118		Promoção de Campanhas e Eventos de Interesse do Município	
33903900.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.645.931,78
			2.383.212,08

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação parcial, em igual importância, das seguintes dotações:

	CODIGO	NOME	VALOR
11.60.04.122.3024.2239		Ações Voltadas para Políticas Públicas	
33903900.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.106.712,08
12.10.15.452.3022.1038	E2789	- Recapeamento da Rua Estácio Ferreira - Freguesia do Ó	
44903900.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	150.000,00
12.10.15.452.3022.1040	E2790	- Recapeamento de toda a extensão da Rua Flor de Liz - Jardim Guarani	
44903900.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	200.000,00
34.10.14.422.3013.1173	E3632	- Produção de cartilha informativa para o departamento de Desaparecidos e Localização Familiar	
44903900.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	50.000,00
60.10.15.451.3022.1568	E1713	- Adequação e Reforma na PRPA para que Possa Receber a Instalação do CIC - Centro de Integração da Cidadania Parelheiros.	
44903900.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00
67.10.15.451.3022.1399	E909	- Reforma e Requalificação da Praça Localizada entre as Ruas Areiro de Prata e Cheiro Mineiro de Flor no bairro de Itaquera na Cidade de São Paulo - Subprefeitura Itaquera	
44903900.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	130.000,00
69.10.15.451.3022.1586	E239	- Melhorias de Bairro, Serviços de Zeladoria, Manutenção e Reforma de Espaços e Áreas Públicas, Serviços Urbanos e Saneamento na Região da Subprefeitura de Vila Prudente	
44903900.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	591.000,00
72.10.15.451.3022.1587	E240	- Melhorias de Bairro, Serviços de Zeladoria, Manutenção e Reforma de Espaços e Áreas Públicas, Serviços Urbanos e Saneamento na Região da Subprefeitura de Sapopemba	
44903900.00		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	55.500,00
			2.383.212,08

Artigo 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, em 16 de dezembro de 2019, 466º da Fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS, Prefeito

PHILIPPE VEDOLIM DUCHATEAU, Secretário Municipal da Fazenda

Publicado na Casa Civil, em 16 de dezembro de 2019.

RAZÕES DE VETO

PROJETO DE LEI Nº 470/07

OFÍCIO ATL Nº 70, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

REF.: OFÍCIO SGP-23 Nº 02028/2019

Senhor Presidente

Por meio do ofício em epígrafe, essa Presidência encaminhou à sanção cópia do Projeto de Lei nº 470/07, de autoria do Vereador Antonio Donato, aprovado em sessão de 19 de novembro do corrente ano, que visa estabelecer normas para a tramitação dos processos administrativos do Poder Executivo na Câmara Municipal de São Paulo.

Em primeiro lugar, destaco que, atualmente, todos os processos iniciados no âmbito do Poder Executivo Municipal têm formato digital e que, em respeito aos princípios constitucionais da publicidade e da transparência, regulamentados em âmbito nacional pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a vista a estes processo é amplamente franqueada a qualquer munícipe, por meio do endereço eletrônico “http://processos.prefeitura.sp.gov.br/Forms/Principal.aspx”, exceto nas estritas hipóteses previstas em lei.

Por esta razão, as previsões de carga e de prazo máximo de permanência dos processos em Gabinetes, dentre outras constantes da iniciativa em análise, farão pouco sentido doravante, em razão da drástica redução de processos físicos em tramitação atualmente em curso.

Não obstante, quanto ao mérito da matéria, embora reconheça o nobre intento de seu autor, observo que o artigo 2º da iniciativa, que prevê prazo de dois dias para que o órgão responsável pela última carga do processo o remeta ao Parlamentar solicitante, sob pena de responsabilização do servidor encarregado pela carga e do agente público hierarquicamente superior, não comporta sanção.

É que, na prática, o referido prazo se revela excessivamente exíguo, sobretudo se consideradas as peculiaridades dos processos físicos ainda em tramitação ou arquivados. Em muitos casos, o mero desarquivamento de um processo demanda mais do que uma semana, uma vez que o Arquivo Público Municipal conta com acervo de mais de duas dezenas de milhões de processos.

Em outros casos, peculiaridades do processo administrativo, como a existência de prazo em curso ou mesmo a necessidade de adoção de providências administrativas urgentes, inviabilizaria o cumprimento da lei, podendo resultar em violação ao princípio administrativo da eficiência e, até mesmo, em injusta responsabilização de servidores públicos.

Por tudo isso, o artigo 2º do projeto de lei em comento não comporta sanção.

Igual sorte cabe ao artigo 6º da iniciativa, que veicula previsão segundo a qual, no caso de processos administrativos digitais, deverá o Poder Executivo disponibilizar chave de acesso aos Vereadores em todos os processos administrativos autuados, sem exceção.

Como dito acima, semelhante disposição se revela redundante com o quanto já praticado em âmbito municipal, conforme a disciplina constante do Decreto nº 55.838, de 15 de janeiro de 2015, e até mesmo menos ampla do que a regulamentação nacional da matéria, constante da Lei Federal nº 12.527, de 2011, que se refere ao amplo acesso a informações de caráter público por qualquer cidadão.

Apesar da afinidade entre o artigo 6º da iniciativa e os diplomas citados, eventual previsão legal de que o acesso a todos os processos administrativos autuados não comporta exceções concretizaria “excesso de regulação” e poderia se revelar problemática, especialmente nos casos que envolvessem, por exemplo, a intimidade e o sigilo fiscal de cidadãos ou até mesmo informações que, por razões de ordem administrativa, não pudessem ainda ser tornadas públicas.

Em razão do exposto, malgrado reconheça o mérito da iniciativa, vejo-me compelido a vetar parcialmente o projeto de lei aprovado, com fundamento no artigo 42, § 1º, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, alcançando a integralidade de seus artigos 2º e 6º, inclusive os parágrafos 1º e 2º deste último dispositivo, por arrastamento, devolvendo o assunto ao reexame dessa Egrégia Casa de Leis.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.

BRUNO COVAS, Prefeito

Ao Excelentíssimo Senhor

EDUARDO TUMA

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

RAZÕES DE VETO

PROJETO DE LEI Nº 115/17

OFÍCIO ATL Nº 71, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

REF.: OFÍCIO SGP-23 Nº 02029/2019

Senhor Presidente

Por meio do ofício em epígrafe, Vossa Excelência encaminhou à sanção cópia do Projeto de Lei nº 115/17, de autoria do Vereador Alfreдинho, que autoriza o Poder Executivo Municipal a instituir o Programa Municipal Remédio Perto na Rede Pública Municipal de Saúde.

Reconhecendo o meritório intento do autor, consistente em incrementar o acesso dos cidadãos aos remédios, acolho a mensagem aprovada, com exceção do previsto em seus artigos 2º, 4º, 5º, 7º, 8º e nos §§ 1º a 4º do seu artigo 10, conforme razões a seguir aduzidas.

Inicialmente, no que diz respeito à previsão contida no artigo 2º, há manifestação da área técnica da Secretaria Municipal da Saúde no sentido de que a rede básica e de especialidades do Município já conta com cerca de 600 (seiscentos) estabelecimentos com serviço de farmácia, que realizam a entrega de medicamentos, distribuídos estrategicamente em todas as regiões, sendo que a disponibilidade leva em conta as necessidades do território, por meio de listas padronizadas e personalizadas de medicamentos por modalidade dos equipamentos de saúde.

No mais, quanto aos artigos 4º e 5º, os alvitrados dispositivos tratam de especificidades relacionadas com a execução do Programa, cuja fixação não deve ser cristalizada em lei, porque depende da realização de estudos técnicos prévios, que considerem uma ampla análise da rede de distribuição já implementada, como a efetiva demanda por tipos de medicamentos, de forma regionalizada.

A exemplo, a obrigatoriedade de realização de convênios ou termos de parceira regionalmente, bem como a necessidade de que as parceiras disponham, necessariamente, de estabelecimento situado a menos de 1,5km de serviço de atendimento à saúde, são aspectos cuja viabilidade de execução demandam as providências acima delineadas, sob pena de obstar a implementação do Programa como um todo.

Os artigos 7º e 8º, seu turno, não se compassam com o artigo 70, inciso XIV, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, que insere, dentre as atribuições do Prefeito, a de dispor sobre o funcionamento e a organização da Administração Municipal.

Por fim, no que se refere às previsões constantes dos §§ 1º a 4º do artigo 10, sob o ponto de vista jurídico, o texto aprovado extrapola os limites da competência constitucional reservada ao Município, uma vez que a Constituição Federal estabelece competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação (artigo 22, inciso XXVII). Nessa linha, ao regulamentar o seu artigo 37, inciso XXI, e instituir normas para as licitações e contratos da Administração Pública, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, traz requisitos próprios para as contratações emergenciais do Poder Público.

Nessas condições, vejo-me na contingência de apor veto parcial ao projeto aprovado, com fundamento no artigo 42, § 1º, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, devolvendo o assunto ao reexame dessa Egrégia Casa de Leis.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.

BRUNO COVAS, Prefeito

Ao Excelentíssimo Senhor

EDUARDO TUMA

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

RAZÕES DE VETO

PROJETO DE LEI Nº 847/17

OFÍCIO ATL Nº 72, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

REF.: OFÍCIO SGP-23 Nº 02030/2019

Senhor Presidente

Por meio do ofício em epígrafe, essa Presidência encaminhou à sanção cópia do Projeto de Lei nº 847/17, de autoria do Vereador Isac Félix, aprovado em sessão de 19 de novembro do corrente ano, objetivando instituir no Município de São Paulo o método não destrutivo para proceder aos serviços de conversão da rede aérea para subterrânea e instalação de cabos subterrâneos, dutos e assemelhados, tanto por empresas privadas como pela Prefeitura. Não obstante o meritório intento de seu autor, há óbice de ordem técnica que impede a conversão da medida em lei, estando, ademais, a matéria versada na propositura devidamente regulada pela legislação municipal vigente.

Com efeito, conforme previsto na Lei nº 13.614, de 2 de julho de 2003, a política municipal de utilização das vias públicas, inclusive dos respectivos subsolo e espaço aéreo, e das obras de arte de domínio municipal, para a implantação, instalação e manutenção de equipamentos de infraestrutura urbana destinados à prestação de serviços públicos ou privados, já tem como diretrizes a substituição das redes e equipamentos de infraestrutura urbana aéreos por redes e equipamentos de infraestrutura urbana subterrâneos, bem como a utilização de métodos não-destrutivos e novas tecnologias para a execução das obras.

A Lei nº 14.023, de 8 de julho de 2005, e respectiva regulamentação, a seu turno, trazem regras quanto à obrigatoriedade de tornar subterrâneo todo o cabeamento ora instalado no Município de São Paulo, conforme Programa De Enterramento da Rede Aérea – PERA.

De outra parte, a proposta apresenta incongruência que acabaria por inviabilizar a sua aplicação caso fosse convertida em lei, pois, embora conste da ementa que a utilização do método não destrutivo se daria de forma preferencial, o artigo 1º impõe a sua utilização, o que nem sempre é possível, vez que questões de ordem técnica podem impedir a execução dos serviços pelo referido método.

Além disso, a propositura traz exceções e definições de ordem técnica, as quais, pela própria natureza do assunto, não devem ser cristalizadas em lei, especialmente em razão do advento de mudanças tecnológicas que podem conduzir à fixação de novos critérios. Observo, nesse ponto, que embora a legislação vigente apresente como diretriz a utilização de métodos não destrutivos, há expressa menção à possibilidade de utilização de novas tecnologias para a execução de obras.

Nessas condições, vejo-me na contingência de apor veto ao projeto aprovado, com fundamento no artigo 42, § 1º, da Lei Orgânica do Município de São Paulo, devolvendo o assunto ao reexame dessa Egrégia Casa de Leis.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.

BRUNO COVAS, Prefeito

Ao Excelentíssimo Senhor

EDUARDO TUMA

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

PORTARIAS

PORTARIA 873, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo SEI nº 6010.2019/0004329-8

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

EXONERAR

CASA CIVIL, DO GABINETE DO PREFEITO

1 - MARIA TEREZA GOMES DA SILVA, RF 748.095.4, do cargo de Assessor Técnico Legislativo Chefe, Ref. DAS-15, da Assessoria Técnico-Legislativa, da Casa Civil, do Gabinete do Prefeito, de provimento em comissão, dentre integrantes da carreira de Procurador do Município, constante do Decreto 58.508/18 e das Leis 13.169/01 e 16.974/18, vaga 253.

2 - MAX DA SILVA BANDEIRA, RF 817.571.3, do cargo de Assessor Técnico Legislativo, Ref. DAS-13, da Assessoria Técnico-Legislativa, da Casa Civil, do Gabinete do Prefeito, de provimento em comissão, dentre integrantes da carreira de Procurador do Município, constante do Decreto 58.508/18 e das Leis 13.169/01 e 16.974/18, vaga 250.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 16 de dezembro de 2019, 466º da fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS, Prefeito

PORTARIA 874, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo SEI nº 6010.2019/0004264-0

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

EXONERAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

1 – TATIANA GOMES LOPES, RF 838.537.8, a partir de 12/12/2019, do cargo de Coordenador IV, Ref. DAS-14, da Coordenadoria de Atendimento Presencial, da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, constante do Decreto 58.411/18, vaga 12174.

2 – MARISA NEVES CASTELLANO, RF 747.287.1, a partir de 12/12/2019, do cargo de Assessor Especial, Ref. DAS-14, da Coordenadoria de Atendimento Presencial, da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, constante do Decreto 58.411/18, vaga 12176.

3 – CASSIANO DE SIQUEIRA ARCHAS, RF 828.154.8, a partir de 12/12/2019, do cargo de Assessor Técnico II, Ref. DAS-12, da Coordenadoria de Atendimento Presencial, da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, constante do Decreto 58.853/19, vaga 17578.

4 - VINICIUS FAZITO ZIOLLI CALDERARO GIACOMINI, RF. 857.160.1, a partir de 2/12/2019, do cargo de Assessor Técnico I, Ref. DAS-11, da Coordenadoria de Administração e Finanças, da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, constante do Decreto 58.411/18, vaga 12041.

5 – GUILHERME PEDROSO NASCIMENTO NAFALSKI, RF 808.230.8, do cargo de Coordenador V, Ref. DAS-15, da Coordenadoria de Convergência Digital, da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia, constante do Dec. 58.411/18, vaga 17301.
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 16 de dezembro de 2019, 466º da fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS, Prefeito

PORTARIA 875, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo SEI nº 6074.2019/0003973-7

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Exonerar a senhora MICHELE YU WEN TJOE, RF 877.340.8, a pedido e a partir de 10/12/2019, do cargo de Assessor Técnico I, Ref. DAS-11, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, constante do Decreto 58.410/18, vaga 3456.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 16 de dezembro de 2019, 466º da fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS

Prefeito

PORTARIA 876, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo SEI nº 6010.2019/0004428-6

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Exonerar a senhora MARCELA DE CAMARGO ANTONIOLI SOUZA, RF 855.072.7, do cargo de Chefe da Assessoria Técnica II, Ref. DAS-14, da Assessoria Técnica, da Secretaria Municipal de Turismo, constante dos Decretos 58.381/18, 58.555/2018 e da Lei 16.974/18, vaga 17605.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 16 de dezembro de 2019, 466º da fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS, Prefeito

PORTARIA 877, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo SEI nº 6010.2019/0004428-6

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Exonerar a senhora BARBARAH DA SILVA DANTAS, RF 843.743.2, a pedido, do cargo de Coordenador, Ref. DAS-10, da Divisão de Auditoria de Desenvolvimento Humano e Meio Ambiente, da Auditoria Geral, da Controladoria Geral do Município, constante do Decreto 57.921/2017 e da Lei 16.974/2018, vaga 8852.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 16 de dezembro de 2019, 466º da fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS, Prefeito

PORTARIA 878, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo SEI nº 6010.2019/0004428-6

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

EXONERAR:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

1. DINEIDE LUCIA DA COSTA GOMES, RF 634.400.3, a partir 06/01/2020, do cargo de Assessor Técnico I, Ref. DAS-11, da Assistência Técnica, do Gabinete do Diretor, do Departamento de Desapropriações, da Procuradoria Geral do Município, constante das Leis 7.446/70, 16.974/18 e do Decreto 27.321/88, vaga 11494.

2. MIRIAM GOMES COELHO, RF 593.548.2, do cargo de Chefe de Seção Técnica, Ref. DAS-10, da Seção Técnica de Topografia Desenho e Arquivo, da Divisão Técnica de Apoio, do

Departamento de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio, da Procuradoria Geral do Município, constante do Decreto 51.821/10, das Leis 16.414/16 e 16.974/18, vaga 11546.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 16 de dezembro de 2019, 466º da fundação de São Paulo.

BRUNO COVAS, Prefeito

PORTARIA 879, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2019

Processo SEI nº 6010.2019/0004428-6

BRUNO COVAS, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Exonerar a senhora MARIANA MAZZARIELLO DAMANTE, RF 806.401.6, do cargo de Diretor de Divisão Técnica, Ref. DAS-12, da Divisão de Habitação de Interesse Social – DHIS, da Coordenadoria de Parcelamento do Solo e de Habitação de Interesse Social – PARHIS, da Secretaria Municipal de Licenciamento, constante do Decreto 58.633/19, vaga 2114.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 16 de dezembro de 2019, 466º da fundação de São Paulo.